

Qualidade e criatividade nos espaços comuns habitacionais

ARTIGO XXXVII DA SÉRIE HABITAR E VIVER MELHOR

A importância dos espaços comuns ou semi-privados nos edifícios multifamiliares
(II) -os perfis de qualidade e de criatividade nos espaços comuns habitacionais

António Baptista Coelho

A razão de ser de um edifício habitacional é conter um determinado conjunto de habitações, e podemos considerar que, mesmo quando “evoluímos”, por exemplo, para soluções mais próximas dos equipamentos hoteleiros, onde há, portanto, mais extensas e diversificadas áreas comuns, mesmo nestes casos o uso de tais espaços se concentra nos pólos de acessibilidade e nos principais equipamentos, ligados à restauração (ex., restaurante, bar) e ao lazer (ex., ginásio, piscina).

No entanto, quando, hoje em dia, começamos, finalmente e ainda bem, a pôr em causa as organizações domésticas mais correntes, pensando a casa, seja numa perspectiva de forte potencial de adaptabilidade a diversas formas de vivência doméstica, seja ao serviço de formas de habitar muito específicas, então fará, também, todo o sentido pensar os espaços comuns do multifamiliar (do pequeno ao grande multifamiliar) com idêntica abertura de espírito; embora não esquecendo, tal como se apontou, que a razão de ser deste edifício é proporcionar uma boa agregação de habitações.

Mas nesta última afirmação, do edifício multifamiliar como “uma positiva agregação de habitações”, resulta, diretamente, que tal associação deve servir, o melhor possível, as condições de conforto ambiental, de identidade e apropriação e de dignidade e de atractividade, que são possíveis em cada uma das suas habitações, e, cumulativamente, deve servir pela sua dimensão, configuração e formas organizativas e de acessibilidade específicas, aos seus habitantes,

designadamente, em tudo o que tenha a ver com as condições de agradabilidade, segurança e sociabilidade no uso, aplicáveis nos respectivos espaços comuns ou coletivos; e, naturalmente, estas e aquelas condições não são fáceis de cumprir, se o objectivo é fazer, realmente, bem.

Na reflexão sobre os aspectos qualitativos gerais que podemos privilegiar nos espaços comuns e na respectiva pormenorização é possível considerar alguns temas, que, em seguida, se lançam, sinteticamente, e um pouco como sugestões para posteriores e estimulantes desenvolvimentos do tema.

O sentido comum ou coletivo pode e deve ser investido, especificamente, na organização geral, na “ambientalização”, no dimensionamento e no recheio funcional e pormenorizado dos espaços comuns. De nada vale visar-se uma determinada ideia que, depois, não encontra suporte nos respectivos espaços de concretização, e há que ter bem presente que o objectivo mais corrente é, sem dúvida, a criação de espaços comuns, pelos quais se chega às habitações privadas e nos quais nos devemos sentir confortáveis, tudo o resto serão objetivos específicos que obrigarão a condições funcionais e ambientais específicas; não faz, por exemplo, qualquer sentido prever uma sala de condomínio afastada das principais zonas de circulação, com pouco espaço e mal acabada e equipada e dizer que se trata de um espaço que irá estimular a convivialidade e o sentido de comunidade, trata-se apenas de um sítio para reuniões e, mesmo assim, até pode nem ter condições adequadas para essa finalidade.

São muito diversas as soluções possíveis de “ambientalização” de um dado conjunto de espaços comuns, mas para que funcionem, realmente, importa que tais espaços constituam uma verdadeira mais-valia funcional, formal e ambiental para os seus habitantes, caso contrário mais vale reduzi-los a uma sua mínima expressão espacial e a uma máxima funcionalidade de manutenção.



Fig. 1 - espaços comuns estratégica e adequadamente reduzidos em Alvalade, Lisboa .

E uma tal mais-valia obriga a um projecto exigente e realizado com grande precaução e alguma coragem pois fazer um verdadeiro edifício de “habitação colectiva” é necessário programar espaços e prever uma adequada gestão local de proximidade. Afinal, tal como referem Eleb e Chatelet *“os "Locais Comuns Residenciais" têm uma longa história de alguns êxitos e numerosas falhas, que alimentam a demonstração que a sociabilidade não se pode programar ... para fazer funcionar um LCR é necessário um responsável”*. (1)

Fazer espaços comuns residenciais deve passar por fazer verdadeiros espaços de fruição comum, com imagens e funcionalidades que podem ser idênticas, por exemplo, às que caracterizam os espaços sociais de estabelecimentos hoteleiros, o que será, sem dúvida, uma opção, por exemplo, em residências que associem habitações privativas, com diversos dimensionamentos, a um amplo conjunto de espaços e serviços comuns.

Mas fazer espaços comuns residenciais pode também passar pela criação de espaços comuns exteriores nos quais é possível qualquer pessoa entrar, mas para quando aí entrarmos sentirmos a sensação de estarmos, de certo modo, a “invadir” um espaço que não nos pertence, porque é próprio apenas daquele conjunto residencial a que está directamente ligado - e refere-se, aqui, "de certo

modo", pois a ideia não é criar condomínios privados e exclusivos, mas sim espaços de vizinhança onde se percebe ser a respetiva vizinhança quem comanda na respetiva gestão, sendo ideal que nos sintamos bem-vindos - e em tudo isto tem de haver mestria no projeto, na obra e na gestão diária e de proximidade.

E a título de exemplo do que aqui se visa lembram-se mais algumas palavras do excelente livro de Eleb e Chatelet:, “F. Soler e J Bernard *“propõem ... um pátio central muito amplo em torno do qual se organizam os apartamentos ... a sua ambição foi prolongar a cidade até ao âmago das casas através de espaços intermediários, escavados no coração dos edifícios, verdadeiros locais de convivialidade, interstícios indispensáveis entre a cidade e a família.”* (2)



Fig. 2 - um espaço deste tipo no excelente Alvalade, que cada vez mais se dá a descobrir; os "segredos de Alvalade" (nas palavras do escritor Cardoso Pires), são muitos e ricos (opinião pessoal).

E, depois, e ainda muito nesta estimulante perspectiva de *“prolongar a cidade até ao âmago das casas através de espaços intermediários”*, que é, na prática, não mais do que simular as relações ainda hoje encontradas entre tantas habitações e ruas de zonas históricas, e tal como também apontam as referidas autoras (Eleb e Chatelet) as galerias de acesso comum podem ser *“tratadas como espaços de encontro e recreio”* e a principal escada pode constituir *“pela sua arquitectura, um local de encontro à escala do edifício”*; (3) afinal nada que um bom projectista não saiba, mas infelizmente sabedoria muito pouco praticada, há

que o dizer, exceptuando excelentes e numerosos exemplos que marcam a história da habitação de interesse social.



Fig. 3 - espaços de vizinhança naturalmente conviviais, encontrados em zonas históricas e que tardam a ser "reinterpretados" pelas novas arquiteturas urbanas e habitacionais.

Um outro aspecto a ter, especificamente, em conta na conceção dos espaços comuns (e como se verá, em futuros artigos esta série, na conceção dos espaços domésticos e não domésticos privatizados) é a força e a importância que aí tem a integração da natureza, numa primeira linha pela fundamental, disseminada e estratégica introdução da luz natural; uma força que fica bem evidenciada no mesmo livro de Eleb e Chatelet, que referem que: *“Quando se sai do elevador e há luz natural, pode-se conversar. Favorece-se a convivialidade pela qualidade do espaço que se desenvolve, o resto está ligado à cultura especial de cada sítio.”* (4)

E uma tal introdução da natureza prolonga-se, naturalmente, de forma essencial pela diversificada e introdução de pátios ajardinados, floreiras, espaços para vasos e vãos amplos e estratégicos sobre elementos naturais exteriores.

Importa termos presente que estamos aqui, verdadeiramente, em presença de um verdadeiro “motor” da apropriação e da satisfação residencial e talvez por

esta razão se assiste, hoje em dia, à concretização de alguns edifícios praticamente fundidos com a vegetação. E trata-se de uma matéria que tem, evidentemente, (i) uma razão ambiental, no sentido mais físico do termo, pois, como é sabido, as zonas verdes integradas e contíguas proporcionam frescura ambiental, (ii) mas que tem também uma razão funcional associada a importantes aspectos de melhoria das condições de privacidade e de marcação espacial, e que tem, igualmente, (iii) uma razão bem efetiva, embora não quantificável, no que se refere ao desenvolvimento de excelentes influências psicológicas, afetivas e sensoriais capazes de melhorar, objectivamente, estados de depressão e de stress, constituindo, objectivamente, um factor determinante na caracterização dos espaços comuns residenciais como espaços potencialmente geradores de paz e de satisfação; e não será por acaso que grandes empresas e hospitais psiquiátricos favorecem a integração de espaços naturais, que possam ser intensamente vistos e vividos.

Ainda um outro aspecto a considerar, especificamente, nesta reflexão sobre as qualidades a privilegiar nos espaços comuns residenciais tem a ver com o equilíbrio, que aqui sé desejável, entre condições de apropriação (pessoal ou familiar) e de dignidade ou de apropriação comum/colectiva.

A ideia que se deixa é que nem é recomendável uma situação em que o ambiente interior do edifício seja expressivamente marcado, na sua globalidade, pelas intervenções e pelos gostos específicos de cada um, nem será desejável um ambiente comum “frio”, descaracterizado e impessoal; e podemos mesmo referir que, hoje em dia, um ambiente deste tipo nem é bem-vindo num edifício de escritórios.

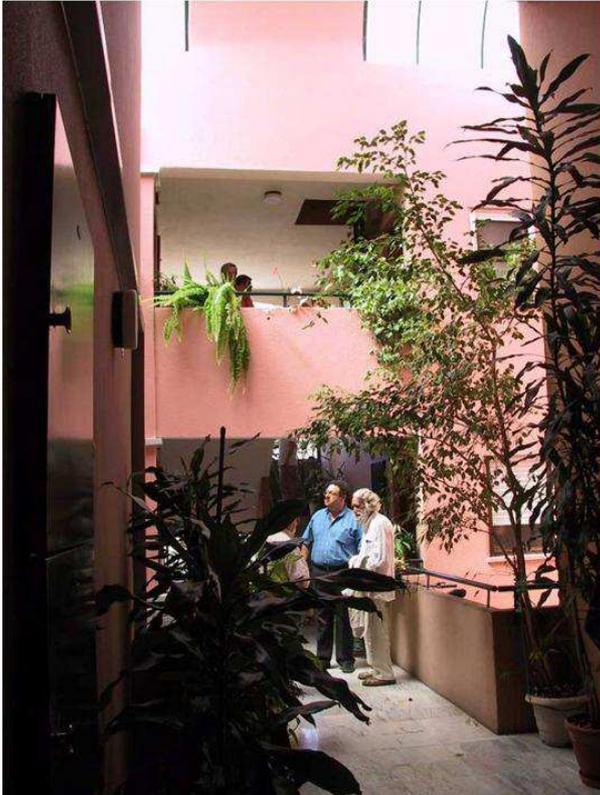


Fig. 04: os excelentes espaços comuns da Cooperativa de habitação Caselcoop no velho Bairro Económico de Caselas em Lisboa - projeto do Arq.º Justino Morais (na imagem, de branco).

Provavelmente o equilíbrio estará em espaços comuns estrategicamente marcados por uma dignidade servida por um gosto eventualmente “neutro”, mas expressivamente presente, em zonas mais usadas por todos os vizinhos, e, à medida que nos aproximamos das portas das habitações, mais marcados por elementos de apropriação afirmados, embora, sempre, com claros traços comuns. E aqui é interessante comentar que as galerias comuns exteriores proporcionam excelentes condições deste último tipo, devido à sua evidente relação com o espaço exterior, que é público.

Finalmente, nesta breve reflexão sobre as qualidades a privilegiar nos espaços comuns residenciais, registam-se, apenas algumas poucas ideias sobre um tema, que, só ele, poderia e poderá estimular um percurso de investigação: trata-se da forma como podemos lidar com o respeito pelo sentido comum, ou pelo carácter unificado do edifício.

Nesta matéria há que apontar, pelo menos, dois temas, sendo um deles que deve ser obrigatório este respeito ou este “partido”, como era costume dizer-se entre arquitectos, ainda que ele se possa diluir, seja numa assinalável afirmação da identidade de cada habitação, seja numa cívica afirmação de um expressivo

anonimato urbano, numa perspectiva que, em vez de fazer o edifício impor-se, integra o edifício, expressivamente, na continuidade da sua vizinhança urbana; mas engana-se que achar que opções como esta não têm em conta a força e a “personalidade” do edifício com um todo. E o outro aspecto tem a ver, natural e especificamente, com a dimensão do desenho de Arquitetura, e nesta dimensão espera-se que muito longe esteja o tempo em que o carácter unitário da obra não tenha atenções específicas, reflexões específicas e, depois, mensagens específicas, na imagem urbana da respetiva vizinhança urbana.

E fica por abordar a dimensão "maior ou menor", mais afirmada ou quase ausente, dos espaços comuns habitacionais de conjuntos residenciais, tendo-se em conta as mais diversas dimensões e afirmações de conjugação do respetivo conjunto de habitações (matéria a tartar em futuros artigos).

Notas:

(1) Monique Eleb; Anne Marie Chatelet - Urbanité, sociabilité et intimité des logements d’aujourd’hui. Paris : Éditions de l’Épure, 1997 (Col. Recherche d’Architecture), pp. 90 e 91.

(2) Idem p. 85.

(3) Idem, p. 74.

(4) Idem, p. 85.

Infohabitar a Revista do Grupo Habitar

Editor: António Baptista Coelho

Grupo Habitar (GH) - Associação Portuguesa para a Promoção da Qualidade Habitacional

LNEC - Núcleo de Estudos Urbanos e Territoriais (NUT)

Edição de José Baptista Coelho

Lisboa, Encarnação - Olivais Norte

Infohabitar, Ano IX, n.º 456, 07 de outubro de 2013

Etiquetas: antónio baptista coelho, espaços comuns dos edifícios, espaços comuns e semi-privados, espaços de vizinhança, qualidade arquitectónica residencial, série habitar e viver melhor